
Modernidade e civilização na imprensa francesa oitocentista: o romance-folhetim

Máira de Souza Nunes

Professora no Curso de Comunicação Social do Centro Universitário Interacional - UNINTER
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Linguagens – Universidade Tuiuti do Paraná

Resumo

O presente artigo pretende analisar as relações existentes entre o romance de folhetim publicado nos jornais franceses, e o processo de modernização da sociedade parisiense ocorrido durante o século XIX. Enquanto resultado das transformações políticas, econômicas e sociais sofridas a partir da grande Revolução de 1789, esse processo caracterizou-se pela ascensão da burguesia ao poder, o avanço do capitalismo, mudanças nas esferas pública e privada. Este trabalho pretende perceber de que maneiras essas contradições presentes neste período permitem compreender características do processo civilizador, da experiência burguesa, moderna e urbana, e sua influência sobre a sociedade oitocentista.

Palavras-chave: França. Modernidade. Imprensa. Folhetim. Civilização.

Resultado das transformações políticas, econômicas e sociais sofridas a partir da grande Revolução de 1789, a consolidação da modernidade oitocentista caracterizou-se pela ascensão da burguesia ao poder, o avanço do capitalismo, mudanças nas esferas pública e privada, as quais criaram uma série de contradições que estiveram presentes durante todo o século e marcaram a sociedade francesa do século XIX. O desenvolvimento capitalista promoveu a transformação da cidade e da sociedade e criou novas demandas de produção. Os meios de comunicação e de transporte participaram deste desenvolvimento geral. Nesse período, a expansão da imprensa deveu-se à industrialização que atingiu a cidade e o campo e os jornais inseriram-se “cada vez mais na vida cotidiana das populações menos disseminadas e cada vez mais ávidas por conhecer o mundo.” (MEYER, 1996, p. 91).

Entendendo o desenvolvimento da imprensa francesa oitocentista como parte integrante da consolidação da modernidade, esta pesquisa pretende analisar as relações entre a imprensa folhetinesca

francesa e o processo civilizador moderno durante o período e, em especial, no II Império de Napoleão III; identificar as relações entre o projeto político e a imprensa burguesa.

O folhetim, espaço de rodapé do jornal diário, foi inaugurado em 1800 pelo *Journal des Débats* com a proposta de ser um espaço de comunicação cultural presente em um veículo conhecido como essencialmente político, característica adquirida devido à explosão de publicações desta natureza no período revolucionário francês. Acredita-se que o estudo do folhetim enquanto espaço cultural permite analisar a cultura francesa oitocentista, mundana oscilando entre a herança aristocrática e a nova mentalidade burguesa, parte do projeto civilizador da modernidade. Segundo Lise Dumasy-Queffélec (2011, p. 926) o folhetim está presente na vida cultural francesa, bem como nas transformações da sociabilidade que marcaram não apenas a vida cotidiana dos parisienses, mas a própria rotina jornalística. Principalmente a partir da segunda metade do século XIX, durante o II Império, o café e a sala de redação se misturam e a classe jornalística transfere os seus espaços de sociabilidade e atuação, na esfera pública, dos salões aristocráticos para o café e o bulevar.

Como afirma Roger Chartier (1992, p. 236), após Gutenberg toda a cultura ocidental pode ser chamada

de uma “cultura da impressão”, pois o produto das impressões e da corporação tipográfica influenciou a totalidade das práticas e das relações durante a época moderna. Dessa forma, estudar as práticas de impressão das sociedades do passado permite uma via de acesso à cultura europeia do século XIX, pois estas práticas, ao fixarem ou transmitirem a fala, consolidam sociabilidades e determinam comportamentos, atravessam as esferas pública e privada e subvertem a cultura, estabelecendo um acordo com as formas tradicionais de comunicação e criando novas diferenciações.

O projeto civilizador oitocentista

A sociedade burguesa da primeira metade século dezenove buscava libertar-se da hierarquia tradicional aristocrática. A Revolução Francesa de 1789 possibilitou a instauração da igualdade civil, responsável pela emancipação das classes médias e populares; no entanto, a abolição dos direitos políticos, administrativos e jurídicos remanescentes do feudalismo não significou o fim da sociedade do Antigo Regime. A permanência de interesses materiais, costumes, tradições e estruturas mentais que provinham do passado permeou o desenvolvimento da sociedade burguesa e foi responsável por imprimir um caráter contraditório à sua estrutura. Aliado a esses

fatores, a substituição dos antigos privilégios de classe pelo privilégio do capital frustrou as expectativas de construção de um mundo igualitário e justo.

A ascensão da burguesia ao poder resultou na Revolução de 1830 e o governo do rei Luís Filipe foi estabelecido de acordo com os interesses burgueses; uma monarquia constitucional censitária que excluiu a maioria da população da participação na vida política. A máxima “Enriquecei-vos”¹ entrou na ordem do dia e transformou-se na mola propulsora da sociedade francesa. Segundo Alexis de Tocqueville (1991), o resultado deste processo foi a transformação do espírito particular burguês no espírito geral do governo. A classe média, assumindo uma postura egoísta enquanto detentora do poder, “adquiriu um ar de indústria privada, onde cada um de seus membros quase só pensava em assuntos públicos para canalizá-los em benefício de seus interesses privados, esquecendo facilmente em seu pequeno bem estar as pessoas do povo.” (TOQUEVILLE, 1991, p. 35).

O novo governo burguês sinalizava a consolidação política dos interesses econômicos e a oportunidade de impor uma nova organização social, baseada nos méritos individuais e não mais em estruturas pré-existentes. A idealização do progresso burguês

permitiu que o conceito de civilização, formulado a partir do século XVIII, representasse um movimento com destino a um futuro melhor, a partir do avanço moral, intelectual e sócio-político. Dessa forma, o ideal civilizador transformou-se em um pressuposto filosófico-político burguês, no qual o antigo projeto de civilização dos costumes foi ampliado para um projeto de organização social.

Nesse sentido, a constituição da chamada “França burguesa” não representava apenas o controle político, mas o predomínio de uma visão de mundo, baseada em regras de conduta e formas de pensar que visavam a criação de um mundo moderno, aberto ao desenvolvimento individual. Durante todo o século XIX surgiram muitas teorias sobre o ideal que a França deveria representar, sendo a mais influente delas, a que versava sobre a França como “vanguarda da civilização”. Ser francês significava ser civilizado, o que exigia que fossem adotados os modos de pensamento, comportamento e expressão que estavam na moda em Paris. (ZELDIN, 2003).

Jean Starobinski (2008, p. 38-39) afirma que François Guizot (1787-1874) foi um dos que contribuíram para a disseminação deste ideal, pois segundo a sua proposta a civilização permitiria a melhoria na relação entre os

¹ “Enrichissez-vous et vous deviendrez électeurs”. A frase atribuída a François Guizot, ministro de Luís Filipe, referia-se ao regime censitário e pressupunha a necessidade de encontrar na vida privada um meio de capacitar-se à vida pública. Marcou principalmente a substituição da antiga ordem jurídica do Antigo Regime pela ordem financeira burguesa. (TOQUEVILLE, 1991, p. 35).

homens e a elevação na condição moral e intelectual dos indivíduos. Associado à ideia de progresso, o processo civilizador permitiria que o homem se tornasse mais educado e polido e que o país fosse um lugar mais agradável para viver, com mais justiça, liberdade e prosperidade.

A palavra civilização pôde ser adotada tanto mais rapidamente quanto constituía um vocábulo sintético para um conceito preexistente, formulado anteriormente de maneira múltipla e variada: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo. Para os indivíduos, os povos, a humanidade inteira, ela designa em primeiro lugar o processo que faz deles civilizados (termo preexistente), e depois o resultado cumulativo desse processo. (STAROBINSKI, 2001, p. 14, grifo do autor).

Baseada em todo um programa político, econômico e social, a concretização desse projeto civilizador dependia, principalmente da educação como forma de alcançar o aperfeiçoamento interior e o desenvolvimento das qualidades afetivas e intelectuais do homem. Desta forma, acreditava-se que não bastava instruir os indivíduos e desenvolver suas aptidões instrumentais, mas era preciso, de maneira complementar, educá-los para que se tornassem livres e racionais, capazes de não se deixar dominar pela exclusiva preocupação com a

produção material. Segundo Zeldin (2003, p. 13-14), era necessário que a escola assumisse essa função doutrinadora das massas, e ensinasse o respeito às leis e à ordem, fomentando a submissão necessária para que aceitassem o seu destino. O avanço da educação formal e do processo de alfabetização da maioria da população iletrada foi implementado pela Lei Guizot, de 1833, que tornava obrigatório o ensino primário e previa a criação de escolas em todas as comunas.

No entanto, o projeto civilizador parecia não chegar às massas e a ampliação da educação não trouxe os resultados esperados. A tentativa de implementar uma educação moralizante inseria a questão da instrução popular no projeto de regeneração das classes trabalhadoras, devido à ameaça do aumento da criminalidade em consequência do avanço da sociedade industrial e da condição deplorável do proletariado. A escola deveria não apenas proporcionar conhecimento, mas “purificar os sentimentos” e dar ao pobre alguma dignidade. Essa motivação filantrópica e humanista escondia a preocupação social de manter o equilíbrio popular, e controlar as chamadas “classes perigosas”. (STORA-LAMARE, 1990, p. 79).

Porém, os membros das classes populares não compartilhavam desta visão da educação como solução para os problemas sociais. Essa descrença generalizada sobre os benefícios que a escola traria aos trabalhadores

e camponeses, explicava-se pelo fato de que havia uma série de problemas cotidianos mais importantes a serem resolvidos. A visão burguesa de que o acesso à educação significava a possibilidade do estabelecimento de uma igualdade verdadeira e o fim de distinções individuais não encontrava respaldo, a não ser em algumas lideranças operárias parisienses. Mesmo as supostas ideias democráticas de que todas as crianças deveriam ter a oportunidade de desenvolver seus talentos individuais não receberam completa aceitação. As grandes questões da educação encontravam-se distantes do universo popular: o ensino secundário, a educação burguesa, as universidades e a ação dos professores não estavam nas suas preocupações. (ZELDIN, 2003, p. 206).

Nesse contexto, a mudança nos hábitos populares possibilitou o surgimento de uma cultura popular cidadina, que se afastava do mundo burguês ordenado e racional. As massas passaram a desenvolver novos hábitos de leitura e a não mais se contentar com os livros que recebiam das escolas, tiravam suas ideias dos jornais, dos escritos populares e dos romances, este lado da atividade burguesa que era oficialmente desprezado. O surgimento desta nova população letrada resultou na demanda por uma literatura popular, adequada ao gosto das massas e a preços mais acessíveis. (ZELDIN, 2003).

Segundo Norbert Elias (1994, p. 229), o aumento da demanda de livros é indicador de um avanço no processo civilizador, pois compreende a transformação e regulação de paixões necessária tanto para escrevê-los quanto para lê-los. A sociedade burguesa soube dar continuidade à herança da corte, como representante da “boa sociedade” parisiense, beneficiária e aprimoradora dos instrumentos de prestígio. Os retratos sociais, as descrições e representações da “alta sociedade” ou das classes mais amplas representam uma tradição de observação, a capacidade de ver a pessoa em, todo seu contexto social e compreendê-la através dele. A figura individual jamais é artificialmente isolada do tecido de sua existência social e por isso a atmosfera e a plasticidade da experiência real nunca se perdem nessas descrições.

O folhetim civilizador

Um dos fatores relacionados à ampliação do público leitor, durante todo o século XIX, foi o barateamento do preço dos impressos, responsável pelo aumento da publicação de jornais e da tiragem de livros. Um conjunto de variáveis tornou essa expansão possível. As inovações técnicas no ramo tipográfico favoreceram o processo de fabricação e a introdução do uso de prensas mais modernas permitiu o aumento da produtividade

dos jornais². A ampliação dos espaços de leitura foi favorecida pelo gabinete de leitura, surgido durante a Restauração, que oferecia o aluguel de livros e jornais mediante uma assinatura a preço acessível. As formas de divulgação também foram melhoradas através da literatura de *colportage*, composta por volumes baratos vendidos por mascates.

Neste processo de expansão, Émile de Girardin (1806-81), influente figura da história da moderna imprensa francesa, teve um papel fundamental. Visando, ampliar o número de assinaturas, implementou o uso dos anúncios publicitários e diminuiu o custo do jornal. Fundou os periódicos *Le Voleur* (1828), *La Mode* (1829) e *Journal des Connaissances Utiles* (1831) e, em julho de 1836, o jornal *La Presse*, primeiro a publicar obras de ficção seriadas.

O *feuilleton* representava um lugar específico do jornal, o rodapé de primeira página. Inicialmente utilizado como espaço de entretenimento, onde se publicavam variedades, contos e novelas curtas, passou a ser espaço de publicação de romances, com o lançamento da obra *O Lazareto de Tormes*, em agosto de 1836. No final deste mesmo ano, Girardin publicou *La Vieille Fille*, de Honoré de Balzac, especialmente encomendado para ser publicado em série. (MEYER, 1996, p. 60).

O folhetim se tornou um novo formato para a publicação de romances, em um novo suporte, tendo sido Alexandre Dumas o primeiro escritor a desenvolver uma técnica de escrita específica para o folhetim, ao lançar, em 1838, a obra *Capitaine Paul*. A partir da década de 1840, praticamente todas as obras passaram a ser publicadas nesse formato e a fórmula de produção folhetinesca, a partir da noção de corte de capítulo, se consolidou. Este modo de publicação influenciou a estrutura dos romances a partir de então e renomados escritores colaboraram nos suplementos de jornais como *Journal de Débats*, *La Presse*, *Le Siècle* e *Constitutionnel*. (MEYER, 1996).

A realidade social estampada nos jornais tornou-se tema para o romance de folhetim e, em 1842, o *Journal de Débats* iniciou a publicação dos Mistérios de Paris, de Eugène Sue. Representante do chamado “folhetim romântico ou democrático”, a história do personagem Rodolfo de Gerolstein se passa nos submundos da capital e representa a dinâmica da vida dos trabalhadores e os males que afligem a sociedade parisiense. Sua principal característica é a presença de uma ideologia de forte caráter reformista, a qual “consiste em desejar que alguma coisa mude afim de que tudo continue como está”. (ECO, 1970, p. 189).

2 1807 – Prensa Stanhope: imprimia 3000 páginas por dia; 1814 – Prensa König/Bauer: imprimia 800 páginas por hora. 1846 – Prensa Hoe: imprimia 8000 páginas por hora; 1866 – Prensa Marinoni : 10000 jornais de quatro páginas por hora. (DRYE, 1999).

A iniciativa de barateamento do jornal e a introdução dos romances no espaço destinado ao entretenimento atendia não apenas à demanda de mercado, mas à necessidade de informação e “distração” do novo público leitor. A conformidade de alguns editores com a iniciativa do governo burguês de manter a paz social através do processo civilizador pode ser percebida no texto do prospecto de lançamento do jornal *Le Siècle*, de 1836:

Considerando a extrema modicidade do preço como base de seu empreendimento, os fundadores de Le Siècle tiveram em vista sobretudo estender os úteis ensinamentos da imprensa ao maior número possível de leitores. Não se trata portanto unicamente de uma missão industrial que devem cumprir os Senhores correspondentes, ao contribuírem com todos os seus esforços para a propagação do jornal. Trata-se também de uma missão altamente civilizadora. (apud MEYER, 1996, p. 58).

Missão que se mostrou, na prática, mais difícil de ser realizada do que previram os partidários da civilização. A ideia de que a educação, a arte, a literatura e a imprensa seriam capazes de atenuar os conflitos sociais estava ameaçada pelos problemas concretos que a França enfrentava durante a Monarquia de Julho. O governo burguês, ao explorar o endividamento do Estado, deixou de lado a difícil situação dos trabalhadores, constantemente assolados por crises

agrícolas e períodos de carestia, e não foi capaz de solucionar os diversos problemas políticos e as graves dificuldades econômicas e sociais. A partir da metade de 1847, as manifestações contrárias ao governo ganharam força e, burlando a proibição de reunião política, os banquetes concentraram os opositores que lutavam pela reforma eleitoral. A proibição de um destes banquetes, em 21 de fevereiro de 1848 levou a uma nova onda revolucionária que resultou na deposição do rei Luís Filipe e a instauração da II República.

Para DUBY e MANDROU (1984, p. 235) a “revolução romântica” deve ser compreendida como resultado do processo de reorganização da sociedade francesa. A tarefa de construir uma sociedade justa para um indivíduo novo ainda não fora concretizada. A longa disputa entre os últimos partidários da tradição e a classe média liberal cedeu lugar a diferentes projetos políticos. O ideal republicano e o socialismo apresentavam-se como solução para a crise francesa, a partir do resgate dos ideais da Revolução Francesa, e várias medidas foram tomadas para garantir a democracia, liberdade, igualdade e fraternidade.

Porém, os problemas herdados da Monarquia de Julho ainda estavam presentes e agravaram-se durante o governo provisório. A República foi proclamada em um momento de grave depressão econômica e somada aos antigos problemas agrários, não resolvidos,

havia a presença do problema moderno dos operários parisienses. O fechamento das Oficinas Nacionais precipitou as “jornadas de junho” (disputa entre os trabalhadores demitidos e a Assembleia Legislativa) e uma nova onda de manifestações e barricadas. O movimento foi reprimido com violência pela Guarda Nacional e as Guardas Móveis, resultando em um banho de sangue, um número enorme de execuções, prisões e deportações, além do fechamento de clubes e jornais. (AGULHON, 1991).

Os representantes da burguesia e dos grupos conservadores das províncias desejavam o restabelecimento da ordem, pois não viam legitimidade no desorganizado movimento operário parisiense e sim, na Assembleia que haviam elegido. A consequência imediata das jornadas de junho foi a crença de que os movimentos populares eram uma ameaça que deveria ser contida a qualquer preço. Os “bárbaros do século XIX” eram tidos como a principal ameaça à civilização, pois a ação motivada por instintos e paixões levaria à deterioração social. Após as Jornadas de Junho, as referências à bestialidade das massas povoaram a imprensa e a opinião pública e trouxeram à tona a consciência de que o mundo selvagem estava localizado no próprio interior da sociedade e não mais em uma fronteira distante. O perigo interior que assumiu a face da “massa” urbana foi percebido como a consequência

do individualismo que, ao colocar o interesse pessoal em primeiro plano, autoriza o crime e a luta de todos contra todos e pode ser encontrado em todas as camadas sociais. (STAROBINSKI, 2001, p. 52).

A modernização do II Império

O caos político e o temor de novas manifestações criaram a necessidade de uma autoridade política que garantisse a ordem e a segurança da nação. O príncipe Luís Napoleão (1808-1873), sobrinho do imperador Napoleão Bonaparte, apresentou-se como candidato à presidência, prometendo atender as esperanças dos eleitores. Defendia uma concepção social que incorporava as principais ideias de seu tempo: carreiras abertas ao talento, fusão das classes sociais, fim dos privilégios, exceto aqueles baseados no mérito, emprego e benefícios sociais aos trabalhadores, melhores condições para os financiamentos dos camponeses, grandes obras públicas, aperfeiçoamento das comunicações, prosperidade para todos. (ZELDIN, 2003, p. 52).

Entre 1848 e 1852, o governo conseguiu resolver os problemas econômicos mais urgentes e conter a crise comercial e industrial. No campo político, o príncipe-presidente explorou habilmente o atrativo do bonapartismo (ZELDIN, 2003, p. 509), aproveitando-se

da confusão e divisão de seus adversários, para perseguir seu objetivo de restabelecer o regime napoleônico imperial na França. Todas as formas de atuação política oposicionistas foram alvo de perseguição. Líderes radicais, jornais esquerdistas, clubes e associações de trabalhadores, comícios e banquetes políticos sofreram hostilização por meios policiais e jurídicos. Bares e cafés seriam fechados caso se convertessem em centros de reunião, debates e propaganda esquerdistas, ao mesmo tempo em que bailes e festejos carnavalescos podiam ser proibidos. (FORTESCUE, 1992, p. 140).

Napoleão III promoveu durante o II Império o avanço do país através da educação, o aumento das populações citadinas, o desenvolvimento urbano, a expansão da atividade bancária e o progresso das comunicações, dos transportes e da indústria. A cidade de Paris foi reurbanizada e a França restaurou seu prestígio como grande potência. Seu governo representou para a imprensa uma época de grande expansão, apesar da censura e perseguições, com o surgimento da “imprensa de massa”. Ao adquirir um caráter de indústria, a publicação de jornais tornou-se um grande negócio, que exigia um largo montante de capitalização e necessitava de grande circulação para garantir lucro ao investidor. Um novo ritmo de produção foi estabelecido a partir do avanço tecnológico. (BELLET, 1967).

Napoleão III, sempre preocupado com a opinião pública, dedicou especial atenção à mídia de seu tempo. Seu governo subsidiou ativamente os jornais, procurando preservar a ilusão de diversidade na imprensa, ansioso em criar uma opinião bonapartista e restringir a oposição à uma que não questionasse a existência do regime. A administração favoreceu em muito os jornais aliados, ao oferecer matérias e documentos exclusivos e utilizá-los como veículo para a propaganda pública. Os jornais de oposição não eram apenas permitidos, mas até encorajados, desde que suas opiniões não fossem muito radicais ou polêmicas e não contivessem críticas ao Império. Garantir que essas restrições fossem observadas era a principal função da legislação sobre imprensa, a qual visava principalmente os periódicos de caráter político. (ECHARD, 1985).

Estabeleceu-se um controle efetivo sobre a literatura de *colportage*, pois esta era considerada como um canal de divulgação de folhetos de oposição ao governo e à pessoa do imperador. Esta censura acabou por favorecer o folhetim, pois o mundo rural instruído perdeu o seu principal acesso à literatura popular, com a fiscalização da atuação dos mascates, e voltou-se à leitura dos jornais. (GAILLARD, 2001, p. 133).

As regras de funcionamento da imprensa foram determinadas pelo decreto de 17 de fevereiro de 1852. Os jornais necessitavam de permissão do governo

para serem criados e a autorização de funcionamento deveria ser renovada a cada mudança de proprietário ou editor, cujos nomes deveriam ser aprovados pelo governo. Todos os jornais estavam sujeitos a uma taxação postal e o governo poderia negar a permissão para a venda do jornal na vias públicas. O controle governamental incluía a proibição da publicação de matérias ou documentos falsos, artigos sem assinatura, registros dos debates parlamentares e discussões sobre a constituição. Os editores que desobedecem à censura estavam sujeitos à demissão e aos *avertissements*, advertências que permitiam o fechamento do jornal no caso de reincidência. As considerações financeiras acabaram por temperar as opiniões políticas e moderar o tom dos jornais e foram responsáveis pelo estabelecimento de uma autocensura dos editores. (ECHARD, 1985).

Deve-se somar a este papel da imprensa, da indústria e das cidades o do público, que cresceu e aumentou as suas exigências, fazendo com que empresários passassem a construir uma diferenciação de classes entre o público burguês e o público popular. Cada camada social, seja burguesa ou popular, procurou o jornal mais adequado à sua condição. O jornal sofreu a influência da vida material que o cercava, seja financeira, através dos bancos, ou industrial, com o surgimento de novas prensas e

máquinas de imprimir. A imprensa alimentou-se também dos novos espaços de sociabilidade criados na cidade. Segundo Walter Benjamim (1989, p. 25) a atividade dos cafés treinou os redatores no novo ritmo informativo antes mesmo que a sua maquinaria estivesse desenvolvida, tornando o espaço público o principal local de produção.

Assim, a assimilação do literato à sociedade em que se encontrava se consumou no bulevar. Era no bulevar que ele tinha à disposição o primeiro incidente, chiste ou boato. No bulevar, desdobrava os ornamentos de suas relações com colegas e boas-vidas, e estava tão dependente de seus efeitos quanto as coquetes de sua arte de se transvestir. No bulevar, passava suas horas ociosas, exibindo-as às pessoas como parcela de seu horário de trabalho. Portava-se com se tivesse aprendido de Marx que o valor de cada bem é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Dessa forma o valor de sua própria força de trabalho adquire alguma coisa próxima ao fantástico em face do dilatado ócio que, aos olhos do público, é necessário para o seu aperfeiçoamento. (BENJAMIN, 1989, p.25).

Os cafés literários, a imprensa sensacionalista, o telégrafo elétrico, na metrópole do século XIX, eram os sinais de um ritmo cada vez mais acelerado da indústria de informação. Para a literatura, como para o jornalismo, passaram a valer as mesmas condições de produção das demais mercadorias: era fabricada em ritmo industrial.

Imprensa, Civilização, Modernidade

O espetáculo do Império possuía inicialmente um caráter político focado no populismo da lenda napoleônica e na representação do poder imperial. A transformação da cidade de Paris foi fundamental para a vida urbana e o seu aspecto político teve um papel importante na construção da legitimidade e do controle social. A meta do controle festivo era a de transformar os atores ativos, como em 1848, em expectadores passivos. Mas o espetáculo do II Império ia além da pompa imperial, celebrava o nascimento do “moderno” caracterizado pelas exposições universais de 1855 e 1867 e pela modernização da cidade. Paris era o centro da vida política e intelectual da França e a vida social compreendia os cafés, concertos, bailes, *L’Ópera*, o entretenimento e a vida pulsante nas ruas. Havia ainda também a vida mais discreta dos círculos aristocráticos ou da alta burguesia, reunida de acordo com suas afinidades. O desejo de viver uma vida despreocupada de prazeres criou um turbilhão na sociedade da moda. Artistas e pessoas públicas frequentavam as casas das cortesãs, o que levou à denominação de Paris como a “cidade-babilônia”. (HARVEY, 2006, 210-212).

A construção dos novos bulevares, além de gerar empregos, facilitava a circulação de mercadorias,

dinheiro e pessoas. O surgimento de novas lojas de departamento e cafés que avançavam sobre as calçadas, proporcionavam a união dos espaços público e privado. A proliferação de cabarés, circos, concertos e teatros e as óperas populares ofereceu a possibilidade do entretenimento popular. A transformação de parques e avenidas em espaços de sociabilidade e prazer enfatizou uma forma de urbanização que pretendia ser a mostra pública da opulência privada. (HARVEY, 2006, 210-212).

Neste contexto, a burguesia passou a perder a sua força transformadora e a preocupar-se cada vez mais com sua vida material. As melhorias implementadas pelo avanço tecnológico geraram um novo ideal de civilização, definido pela crença no progresso resultante da industrialização; um movimento contínuo que conduziria ao desenvolvimento da humanidade. No entanto, a crença de que todos os problemas humanos seriam resolvidos a partir de uma quantia ilimitada de bens materiais não levou em consideração as consequências sociais desse processo. Os ricos passaram a negar sua responsabilidade em relação às condições de seus semelhantes e o progresso econômico foi implementado à custa da desarticulação nas vidas das pessoas comuns. (POLANYI, 1980, p. 52).

Este processo de modernização da sociedade francesa gerou um esvaziamento momentâneo das

paixões sociais e políticas, no entanto esta sociedade “livre” que criava oportunidades e distrações, continha ainda inúmeros problemas sociais a serem resolvidos. O surgimento de novas subdivisões dentro das classes médias possibilitou a emergência de uma nova classe média baixa, formada por trabalhadores que não se confundiam com o sofrimento do proletariado. Mas, embora esses trabalhadores tivessem melhores condições de vida, a exploração do trabalho aliada à destruição da antiga teia de relações sociais resultou na desarticulação da vida operária. A expulsão para os subúrbios, resultante da nova urbanização de Paris, gerou o rompimento dos laços de solidariedade que se estabeleciam entre seus próximos, como vizinhos e parentes.

A cidade em processo de reconstrução, a vida operária, os crimes, as epidemias e a deterioração social representam uma série de consequências sociais e psicológicas para a população das classes baixas, que não se beneficiou da modernização parisiense. Os operários eram frequentemente explorados e mal pagos, encontravam-se mal alojados na periferia, desacostumados com a nova vida urbana. Esses trabalhadores “assustavam as classes mais estabelecidas e mais ricas, às quais pareciam estranhos e diferentes, e foram rapidamente encarados como uma ameaça à ordem pública e à estabilidade política,

uma moderna ‘invasão bárbara’”. (SEIGEL, 1992, p. 30).

Para Tinhorão (1994, p. 14) o interesse das classes populares pelas situações melodramáticas e fantásticas é explicado pelo fato do folhetim ter-se constituído como “expressão literária da frustração das novas camadas da classe média urbana da era industrial, após a consolidação da burguesia no poder.” Essa frustração teria resultado da incapacidade da sociedade burguesa em cumprir as muitas promessas feitas em nome do “ideal da civilização” e transformar-se em uma ordem social diferente.

A falência do processo civilizador burguês e as transformações da modernidade geraram uma sociedade desestruturada, na qual o indivíduo não sabe mais como se comportar. Segundo Antonio Gramsci (1978, p. 120) a crescente racionalização da vida moderna gerou uma espécie de “revolta contra a mecanicidade e a estandartização da vida moderna, um modo de evasão da vulgaridade cotidiana.” A disputa social tornou-se ferrenha; a existência tornou-se, por imposição, racional, organizada, e previsível. Diante da incapacidade de empreender uma oposição à precariedade da existência, restava a aspiração à uma “aventura bela e interessante, devida à própria livre iniciativa, em oposição à aventura feita

e revoltante, devida às condições impostas por outros e não escolhidas.” (GRAMSCI, 1978, p. 122).

Entende-se, desta forma que o folhetim passou a absorver a tendência à alienação do homem moderno, assumindo a função de diminuir a dor da existência, pois os capítulos diários se apresentariam como uma dose necessária de ilusão, para que o indivíduo não sucumbisse à força brutal moderna. Surgiram novos heróis e o modelo francês foi marcado pela figura do homem comum que prova, a si mesmo e aos leitores, que pode vencer na sua fraqueza; uma figura um pouco antissocial, um fora-da-lei que pode ser admirado apesar de seus erros. A principal função do enredo desses romances não era a de desafiar a ordem estabelecida, mas desviar a atenção dos problemas sociais.

O mundo do Segundo Império foi ele mesmo folhetinesco. A realidade apresentada pela imprensa fornecia o enredo completo: mortes, execuções, assassinatos, sociedades secretas, chantagens, sequestros, duelos. (BELLET, 1967; MEYER, 1996). Os leitores queriam saber sobre o mundo, mas ao mesmo tempo

necessitavam libertar-se dele. Desejavam utilizar a leitura como instrumento de satisfação dos desejos, fonte de sonhos e emoções, e identificar-se com os heróis criminosos que quebram as regras às quais os próprios leitores estavam sujeitos na vida real.

A consolidação da civilização moderna oitocentista implicou não apenas mudanças sociais, mas em uma reorganização dos relacionamentos humanos e em novas maneiras e costumes, bem como na estrutura de personalidade. Isso fez com que o indivíduo tivesse que descobrir uma forma diferente de ser feliz; colocou-se a questão de quanta satisfação real ele poderia obter do mundo externo, de quanta força ele tinha à sua disposição para alterar o mundo, a fim de adaptá-lo aos seus desejos. (FREUD, 1997, p. 103). Para suportar a existência nesse mundo regrado pela contenção dos instintos, o indivíduo passou a buscar satisfações substitutivas, a necessidade de fantasia como fuga. O sucesso do romance de folhetim como estilo literário demonstra o quanto essa ilusão de felicidade foi perseguida pelo homem moderno.

Referências

- AGULHON, Maurice. *1848: o aprendizado da república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BELLET, Roger. *Presse et journalisme sous le Second Empire*. Paris: Armand Colin, 1967.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- BERMANN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DRYE, Élisabeth. *La presse rotative à plieuse de Marinoni*. Paris: Musée des Arts et Métiers, 1999. Disponível em <http://www.arts-et-metiers.net/pdf/carnet_marinoni.pdf>. Acessado em 20 de novembro de 2013.
- DUMASY-QUEFFÉLEC, Lise. Le feuilleton. In: *La civilisation du journal: histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXème siècle*. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2011.
- DUBY, Georges; MANDROU, Robert. *Histoire de la civilisation française*. Paris: Armand Colin, 1984. Tome 2.
- ECHARD, William (edit.). *Historical dictionary of the French Second Empire*. Westport: Greenwood Press, 1985.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. Vol. 2 – Formação do Estado e Civilização.
- FORTESCUE, William. *Revolução e contra-revolução na França. 1815-1852*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GAILLARD, Élie-Marcel. *Ponson du Terrail*. Avignon: Éditions Barthélemy, 2001.
- GRAMSCI, Antônio. *Literatura e vida nacional*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.
- HARVEY, David. *Paris, capital of modernity*. New York: Routledge, 2006.
- MEYER, Marlise. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação – as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.
- SEIGEL, Jerrold. *Paris Boêmia: Cultura, política e os limites da vida burguesa. 1830-1930*. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- STAROBINSKI, Jean. *A máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- STORA-LAMARE, Annie. *L'Enfer de III République: censeurs et pornographes (1888-1914)*. Paris: Éditions Imago, 1990.
- TINHORÃO, José Ramos. *Romance em Folhetins no Brasil (1830 à atualidade)*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1994.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ZELDIN, Theodore. *Histoire des passions françaises (1848-1945)*. Paris: Éditions Payot, 2003. Tome 2 – Orgueil et Intelligence.
- _____. *History of French Passions (1848-1945)*. New York: Oxford University Press, 2003. Vol. 1 – Ambition, Love and Politics.